



Santa Maria Energias Renováveis S.A.

Companhia em fase pré-operacional

CNPJ/MF 12.053.787/0001-39

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

Rodovia CE 021, Km 08, s/nº, sala 02, Distrito Industrial - Maracanaú - CE

CEP 61939-906

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2014

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	4
Balancos Patrimoniais	4
Demonstrações de Resultados	5
Demonstrações de Resultados Abrangentes	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
1 Contexto Operacional	8
2 Base de Preparação	8
3 Principais Políticas Contábeis	9
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	12
5 Transações com Partes Relacionadas	13
6 Imobilizado	13
7 Fornecedores	13
8 Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	13
9 Capital Social	14
10 Despesas Operacionais	15
11 Resultado Financeiro	15
12 Imposto de Renda e Contribuição Social	16
13 Instrumentos Financeiros	16
14 Provisões para Demandas Judiciais	18
15 Seguros	18
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	21

Santa Maria Energias Renováveis S.A.

Companhia em fase pré-operacional



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AOS ACIONISTAS

A administração da Santa Maria Energias Renováveis S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da companhia relativos ao exercício de 2014, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2011 - Aneel. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A COMPANHIA

Constituída em 02.06.2010 com o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial das instalações a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, localizada no Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL SM, constituída de onze Unidades Geradoras de 2,7 MW, totalizando 29,7 MW de capacidade instalada e 15,7 MW médios de garantia física de energia, bem como implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da EOL SM, constituído de uma Subestação Elevadora, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 138 kV, com cerca de dez quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a Subestação Elevadora ao Barramento de 138 kV da Subestação Coletora João Câmara III, as quais serão compartilhadas com Santa Helena Energias Renováveis e Ventos de Santo Uriel. No exercício findo, foram realizados trabalhos no canteiro de obras, sendo: a construção de acessos aos parques e rodovias internas, obras civis, concretagem das bases dos aerogeradores, execução das redes coletoras internas de média tensão (34,5 KV), subestação elevadora de 34,5/138KV, linha de transmissão 138KV e início da montagem eletromecânica dos aerogeradores.

DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO

A Companhia, em fase pré-operacional, obteve no exercício, um resultado operacional líquido de R\$ 1.474. Com intuito de financiar os investimentos, além dos recursos dos acionistas, a Companhia buscou outras fontes de recursos no Mercado de Capitais, onde foram emitidas Notas Promissórias no montante de R\$ 25 milhões, com vencimento em 24.06.2014, as quais foram resgatadas com a emissão de Debêntures de curto prazo, no montante de R\$ 50 milhões, cujo vencimento se dará em 10.06.2015.

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 31 de março de 2015

Edson Sardeto
Diretor Presidente

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2014 e 2013

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2014	31.12.2013
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	31.750	25.337
Outros créditos		2	-
Imposto de renda e contribuição social		247	7
Despesas antecipadas		10	75
Partes relacionadas	5	1	-
		32.010	25.419
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Partes relacionadas	5	7.958	658
Cauções e depósitos vinculados		101	-
Despesas antecipadas		-	39
		8.059	697
Imobilizado	6	105.444	35.353
		113.503	36.050
TOTAL DO ATIVO		145.513	61.469

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO	NE nº	31.12.2014	31.12.2013
CIRCULANTE			
Fornecedores	7	29.899	4.628
Obrigações fiscais		20	486
Empréstimos e financiamentos	8	-	25.000
Debêntures	8	53.074	-
Dividendos a pagar	5	186	-
Outras contas a pagar		-	384
		83.179	30.498
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	5	39.541	13.250
Imposto de renda e contribuição social diferidos		375	-
		39.916	13.250
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	9	21.820	18.411
Reserva legal		39	-
Reserva de retenção de lucros		559	-
Prejuízos acumulados		-	(690)
		22.418	17.721
TOTAL DO PASSIVO		145.513	61.469

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

em milhares de reais

OPERAÇÕES CONTINUADAS	NE nº	31.12.2014	31.12.2013
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	10	(130)	(175)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(130)	(175)
Resultado Financeiro	11		
Receitas financeiras		2.669	105
Despesas financeiras		(180)	(39)
		2.489	66
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		2.359	(109)
Imposto de renda e contribuição social	12		
Imposto de renda e contribuição social		(510)	(15)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(375)	-
		(885)	(15)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		1.474	(124)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

em milhares de reais

	31.12.2014	31.12.2013
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	1.474	(124)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.474	(124)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

em milhares de reais

	Capital social	Reservas de lucros			Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldo em 1º de janeiro de 2013	17.450	-	-	(566)	16.884
Aumento de capital	961	-	-	-	961
Prejuízo do exercício	-	-	-	(124)	(124)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	18.411	-	-	(690)	17.721
Aumento de capital	3.409	-	-	-	3.409
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.474	1.474
Destinação proposta à A.G.O.:					
Reserva legal	-	39	-	(39)	-
Dividendos	-	-	-	(186)	(186)
Reserva de retenção de lucros	-	-	559	(559)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	21.820	39	559	-	22.418

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

em milhares de reais

	31.12.2014	31.12.2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.474	(124)
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) do exercício com a geração (utilização) de caixa das atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social	510	15
Imposto de renda e contribuição social diferidos	375	-
Redução (aumento) dos ativos		
Imposto de renda e contribuição social	(240)	(7)
Despesas antecipadas	104	(61)
Outros créditos	(2)	-
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	-	4.628
Imposto de renda e contribuição social pagos	(510)	(15)
Outras obrigações fiscais	(466)	457
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	(1.557)	-
Outras contas a pagar	(384)	384
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(696)	5.277
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações financeiras	(101)	-
Créditos concedidos a partes relacionadas	(7.301)	-
Recebimento de principal de créditos concedidos a partes relacionadas	-	779
Aquisições de imobilizado	(40.189)	(19.922)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(47.591)	(19.143)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos de empréstimos e financiamentos	-	25.000
Ingressos de debêntures emitidas	50.000	-
Ingressos de obrigações contraídas com partes relacionadas	29.700	-
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	-	13.250
Aumento de capital	-	961
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(25.000)	-
Amortização de principal de obrigações contraídas com partes relacionadas	-	(39)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	54.700	39.172
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.413	25.306
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	25.337	31
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	31.750	25.337
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.413	25.306

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Informações adicionais sobre os fluxos de caixa

Transações não envolvendo caixa

Aquisições de imobilizado com acréscimo em fornecedores	25.271	-
Aumento de capital social com adiantamento	3.409	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Santa Maria Energias Renováveis S.A. (Companhia) com sede na Rodovia CE 021, Km 08, s/nº, sala 02, Distrito Industrial, Maracanaú, Estado do Ceará, constituída em 02.06.2010, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), adquirida em 1º.08.2013. Tem como objeto social a geração de energia elétrica, a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, destinada à comercialização na modalidade de produtor independente de energia, e a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria relacionados à geração de energias alternativas. Será constituída de onze unidades geradoras de 2,7 MW, totalizando 29,7 MW de capacidade instalada e 16.0 MW médios de garantia física de energia, localizada no Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional de construção de seu parque eólico, cuja previsão inicial de entrada em operação comercial era 1º.07.2014, porém em virtude de atrasos decorrentes do suprimento e montagem dos aerogeradores a nova previsão de entrada em operação comercial passa a ser 06.04.2015. A Companhia vendeu energia em leilão promovido pela Aneel, na modalidade de energia de reserva, cujas condições contratuais não obrigam a cobertura de lastro, não sendo necessária portanto a compra de energia para cumprimento de contrato.

Em 1º.07.2014, a Companhia firmou Contrato de Energia de Reserva - CER na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Pelo referido contrato a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar da entrada em operação, ao preço de R\$ 101,98/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.

A data de vencimento da autorização da Central Geradora Eólica EOL SM é 07.05.2047.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31.03.2015.

Santa Maria Energias Renováveis S.A.

Companhia em fase pré-operacional



2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para instrumentos financeiros mensurados aos valores justos por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na NE nº 3.5 - Redução ao valor recuperável de ativos.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 13 - Instrumentos financeiros; e
- NEs nºs 3.4 e 6 - Imobilizado.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Mudanças nas políticas contábeis

Durante o exercício de 2014, o CPC emitiu revisões de pronunciamentos as quais não produziram efeitos nas principais políticas contábeis e nas demonstrações financeiras da Companhia.

Santa Maria Energias Renováveis S.A.

Companhia em fase pré-operacional



3.2 Instrumentos financeiros

Ativos Financeiros

3.2.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

Passivos Financeiros

3.2.2 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.3 Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

3.4 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

3.5 Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

Santa Maria Energias Renováveis S.A.

Companhia em fase pré-operacional



3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja mais provável que sim do que não ocorrer.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Companhia, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.7 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

3.8 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados pelo "Lucro Presumido". O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 240 no período de 12 meses, e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

O imposto de renda e a contribuição social, calculados pelas alíquotas de 15% e de 9%, respectivamente, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (IOF).

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência. Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.10 Destinação do lucro líquido

Conforme disposições legais e estatutárias, do lucro líquido apurado no exercício será deduzida a parcela de 5% para a constituição de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social.

Os acionistas terão direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas,

Santa Maria Energias Renováveis S.A.

Companhia em fase pré-operacional



observada a legislação aplicável.

3.11 Normas novas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas, alterações e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º.01.2015 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas a seguir. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

Inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º.01.2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

Exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento da receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º.01.2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2014	31.12.2013
Caixa e bancos conta movimento	75	4
Aplicações financeiras de liquidez imediata	31.675	25.333
	31.750	25.337

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas, em média, à taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	31.12.2014	31.12.2013
Entidades sob controle comum		
Ativo circulante - Santa Helena Energias Renováveis S.A.	1	-
Ativo não circulante - Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.	3.650	-
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.	3.650	-
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	658	658
Controladora		
Passivo circulante - Dividendos	186	-
Passivo não circulante - Adiantamento para futuro aumento de capital	39.541	13.250

Os saldos em 31.12.2014 relativos à entidades sob controle comum, decorrem somente de operações entre empresas ligadas ao mesmo grupo econômico e referem-se às operações inerentes ao custos dos projetos em fase de construção.

A Companhia não efetuou, no exercício, nenhum pagamento a título de remuneração a seus Administradores e tão pouco tem planos de benefícios de longo prazo.

A Copel é a interveniente garantidora das debêntures emitidas pela Companhia, conforme NE nº 8.2.

6 Imobilizado

	Saldo em 1º.01.2013	Adições	Transferências	Saldo em 31.12.2013	Adições	Transferências	Saldo em 31.12.2014
Adiantamento a fornecedores	15.431	9.541	(829)	24.143	45.206	(64.066)	5.283
Obras em andamento	-	10.381	829	11.210	24.885	64.066	100.161
	15.431	19.922	-	35.353	70.091	-	105.444

Os compromissos assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços perfazem um montante previsto de R\$ 30.247, em 31.12.2014.

7 Fornecedores

Os saldos com fornecedores se referem a compra de materiais e serviços contratados para a construção dos parques eólicos.

8 Empréstimos e Financiamentos e Debêntures

8.1 Empréstimos e financiamentos

A Companhia emitiu, em 26.12.2013, cinco notas promissórias com valor unitário de R\$ 5.000, totalizando R\$ 25.000. Sobre o valor incidiram encargos financeiros: juros e comissão (100% da taxa média do CDI mais 0,90% a.a.). As notas promissórias foram pagas integralmente no vencimento, em 24.06.2014.

Santa Maria Energias Renováveis S.A.

Companhia em fase pré-operacional



8.2 Debêntures

Emissão	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento	Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	31.12.2014
1ª	10.06.2014	1	10.06.2015	100% CDI + Spread 0,90% a.a.	50.000	53.074

Características:

Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor mínimo de R\$ 50.000.

Foram emitidos 5000 títulos com valor unitário de R\$ 10.

O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente.

Encargos financeiros:

Juros pagos em uma única parcela na data de vencimento.

Destinação:

Resgate de notas promissórias e investimento nos parques eólicos.

Garantias:

Fidejussória.

Interveniente garantidora:

Copel.

Agente fiduciário:

C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

8.2.1 Mutação das debêntures

Em 1º.01.2014	-
Ingressos	50.000
Encargos	3.074
Em 31.12.2014	53.074

8.3 Cláusulas contratuais restritivas

As debêntures foram emitidas com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; e não realizar, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso estejam em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atendam aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures.

Em 31.12.2014, todas as condições foram plenamente atendidas.

9 Capital Social

O capital social integralizado, em 31.12.2014 monta a R\$ 21.820 (R\$ 18.411, em 31.12.2013) composto por 21.820.000 ações ordinárias pertencentes à Copel.

Santa Maria Energias Renováveis S.A.

Companhia em fase pré-operacional



9.1 Proposta de distribuição de dividendos

Lucro líquido do exercício	1.474
Absorção do prejuízo acumulado	(690)
Base de cálculo da reserva legal	784
Reserva legal (5%)	(39)
Lucro líquido ajustado - base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios (25%)	745
Dividendos propostos à A.G.O.	186

10 Despesas Operacionais

Despesas gerais e administrativas	31.12.2014	31.12.2013
Serviços de terceiros	(53)	(52)
Arrendamentos (a)	(23)	(45)
Seguros	(1)	(37)
Outros custos e despesas operacionais	(53)	(41)
	(130)	(175)

- a) A Companhia arrendou terrenos junto a terceiros - partes independentes. Até a entrada em operação a Companhia efetuará pagamentos pré-determinados. Após a entrada em operação passará a pagar o percentual de 1,5% sobre a receita bruta, deduzidos os impostos, taxas e contribuições.

11 Resultado Financeiro

Receitas Financeiras	31.12.2014	31.12.2013
Rendas de Aplicações Financeiras	2.669	105
	2.669	105
(-) Despesas Financeiras		
Juros de mora, fiscais e outros	153	-
Imposto sobre Operações Financeiras	26	38
Tarifas bancárias	1	1
	180	39
Líquido	2.489	66

12 Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2014	31.12.2013
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados	1.566	75
(-) IOF	(26)	(13)
Base de cálculo	1.540	62
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	370	15
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 m	140	-
Imposto de renda e contribuição social	510	15
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Receita financeira provisionada	1.103	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos = 34%	375	-

13 Instrumentos Financeiros

13.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2014		31.12.2013	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	31.750	31.750	25.337	25.337
Empréstimos e recebíveis						
Cauções e depósitos vinculados (a)	4	1	101	101	-	-
			31.851	31.851	25.337	25.337
Passivos Financeiros						
Fornecedores (a)			29.899	29.899	4.628	4.628
Empréstimos e financiamentos (b)	8.1		-	-	25.000	25.031
Debêntures (c)	8.2		53.074	53.074	-	-
			82.973	82.973	29.628	29.659

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos

Apuração dos valores justos:

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização.
- Utilizado como premissa básica o custo da captação realizada pela Companhia.
- Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 31.12.2014, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

13.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção do seu patrimônio.

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Santa Maria Energias Renováveis S.A.

Companhia em fase pré-operacional



13.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia administra o risco de crédito sobre Caixa e equivalentes de caixa considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais.

13.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

Conforme divulgado na NE nº 8.3, a Companhia tem debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

13.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2014 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores:

Ativos Financeiros: projeção de taxa CDI/Selic de 13,02% com base na taxa de referência de LTN, com vencimento em 04.01.2016 divulgada pela Bovespa em 30.12.2014;

Passivos Financeiros: CDI/Selic de 12,50%, previsto na mediana das expectativas de mercado para 2015 do Relatório Focus do Bacen de 06.02.2015.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Santa Maria Energias Renováveis S.A.

Companhia em fase pré-operacional



Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2014	Cenários projetados - dez.2015		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	Baixa CDI/SELIC	31.675	4.124	3.095	2.062
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/SELIC	101	13	10	7
Passivos financeiros					
Debêntures	Alta CDI	(53.074)	(6.634)	(8.293)	(9.951)

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2014 estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

14 Provisões para Demandas Judiciais

Não há registros de demandas judiciais ou extrajudiciais.

15 Seguros

A Companhia contratou apólice de seguro garantia de fiel cumprimento no valor de R\$ 5.550 com vencimento em 31.03.2015.

Garante as obrigações assumidas pela Companhia em relação à autorização concedida pela Aneel para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da central geradora eólica denominada EOL SM.

Esta modalidade de seguro tem como objetivo garantir o fiel cumprimento de um contrato. O seguro-garantia não cobre danos e sim responsabilidades, pelo não cumprimento do contrato, sendo uma opção de garantia contratual prevista na legislação brasileira e que substitui a carta de fiança bancária, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

Santa Maria Energias Renováveis S.A.

Companhia em fase pré-operacional



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores da

Santa Maria Energias Renováveis S.A.

Maracanaú - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Maria Energias Renováveis S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Santa Maria Energias Renováveis S.A.

Companhia em fase pré-operacional



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Maria Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia está em fase pré-operacional e dessa forma não está gerando receita decorrente de sua operação. Portanto serão necessários novos aportes de recursos na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação dos passivos existentes em 31 de dezembro de 2014 e conseqüente liquidação de obrigações futuras para complemento das obras.

Curitiba, 31 de março de 2015.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6-F-PR

João Alberto Dias Panceri

Contador - CRC PR048555/O2

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

Os membros do Conselho Fiscal da Santa Maria Energias Renováveis S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração e da Proposta da Diretoria de Destinação do Resultado referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 31 de março de 2015

Nilson Scheffler

Ana Clara Morrissy Johnsson

Artur Felipe Fischer Pessuti